



**AS DIVERSAS CORES EM *MULHERES DE CINZAS*: UMA ANÁLISE DAS PALAVRAS E DO QUE ELAS SIGNIFICAM**

**Data de recebimento: 07/05/2017**

**Aceite: 20/06/2017**

**Lara PRAZERES (IFF) <sup>1</sup>**

**Olair Muniz BARRETO NETO (IFF) <sup>2</sup>**

**Thiago Soares de OLIVEIRA (IFF) <sup>3</sup>**

**Resumo:** Derivado de comunicação apresentada no I Congresso Internacional e III Congresso Nacional de Africanidades e Brasilidades, Literaturas e Linguística, este trabalho, essencialmente analítico, tem o objetivo de analisar o livro *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto (2015), mostrando como a construção da história de uma nação é tratada no enredo e refletindo sobre o manejo das línguas chope e portuguesa como reforço de identidade social e, portanto, como um recurso de marcação ideológica, apontando também como a realização linguística se dá no contexto de relação entre colonizador e colonizado.

**Palavras-chave:** Literatura africana. Mulheres de Cinzas. Ideologia. Identidade social.

**Abstract:** Derived from a paper presented at I Congresso Internacional e III Congresso Nacional de Africanidades e Brasilidades, Literaturas e Linguística, this work, essentially analytical, aims to analyze the book *Mulheres de Cinzas*, by Mia Couto (2015), showing how the construction of the history of a nation is treated in the plot and developing a reflection about the management of the Chope and Portuguese languages as reinforcement of social identity and, therefore, as a resource of ideological marking, also pointing out how the linguistic execution works in the context of the relation between colonizer and colonized.

**Keywords:** African literature. Mulheres de Cinzas. Ideology. Social identity.

## 1. Introdução

---

<sup>1</sup> Licenciada em Letras pelo Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. E-mail: laraprazeres@hotmail.com

<sup>2</sup> Licenciando em Letras pelo Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. E-mail: olairmuniz@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutorando e Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor de Licenciatura em Letras do Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. E-mail: so.thiago@hotmail.com



O presente trabalho tem por objetivo analisar a obra *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto (2015), mostrando como a construção da história de uma nação é tratada no enredo e refletindo acerca da utilização das línguas chope e portuguesa como reforço de identidade social.

A escolha das línguas analisadas se deu pelo fato de se tratar das línguas faladas tanto pelo colonizador quanto pelo povo local, habitante da tribo moçambicana onde a história se desenrola. A relação entre as línguas supracitadas é percebida por intermédio de Imani, personagem pertencente à tribo dos VaChopi; que, por ser fluente na língua portuguesa, atua como intérprete para os soldados portugueses.

Como se pretende um trabalho essencialmente analítico, busca-se destacar trechos da obra de Couto (2015), os quais apresentem as duas línguas em coexistência –relativamente – pacífica como recurso de marcação ideológica e identitária. Para a obtenção dos resultados desejados, lançou-se mão principalmente de conceitos de Fiorin (1998), Leite (2012), Ricoeur (1990) e Bhabha (1998), entre outros.

Por óbvio, este artigo não pretende reduzir a obra de Couto (2015) a mera análise de excertos tampouco esgotar o assunto, pelo que se tenciona colaborar para o entendimento de como a utilização de uma língua pode funcionar como reforço identitário e, por conseguinte, de marcação ideológica.

## 2. Os principais aspectos da obra *Mulheres de Cinzas*

O primeiro livro da trilogia, intitulado *As areias do Imperador*, apresenta um cenário de guerra. O romance, que se passa em Moçambique, tem dois discursos em evidência: nos capítulos ímpares, Imani, uma jovem africana da tribo VaChopi, é quem recebe o foco da narrativa; nos pares, Germano, um sargento degredado português, desenvolve seu ponto de vista de maneira epistolar. O momento histórico é o século XIX, momento de fragilidade no país, que enfrentava uma disputa territorial entre Portugal e os VaNguni, oposição africana liderada por Ngungunyane.

A tribo de Imani era uma das que vivia em acordo com Portugal, mas, em sua família, havia divisões. Um de seus irmãos, Dubula, torna-se soldado de Ngungunyane, líder do Império de Gaza; outro, Mwanatu, deseja ir para Portugal e ser um soldado do exército lusitano; há também os membros que desejam a autonomia de Moçambique, acreditando que



a terra lhes pertence e a mais ninguém. Em certo ponto da história, a família entra em crise com mortes e suicídios, sacrifícios e desentendimentos. Essa composição familiar é uma perfeita metonímia de Moçambique e até de toda a África, pois representa as rupturas e as divergências políticas que foram responsáveis pela divisão e enfraquecimento do povo. Enquanto isso, Imani atua como a intérprete, a "ponte" entre tantas realidades e, por isso, a sua visão é a escolhida para narrar a história.

Do outro lado, o sargento, degredado, representa vários portugueses enganados. Durante o livro, as impressões do militar aparecem em cartas que ele escreve a quem acredita ser o conselheiro José d'Almeida; após confidenciar, porém, todas as dificuldades vividas, todos seus pensamentos e informar tudo quanto possível, descobre-se traído, já que as cartas nunca chegaram de fato ao destinatário. Na verdade, eram lidas e respondidas por outrem.

Além de tudo isso, a narratividade da obra se dá com forte influência da linguagem poética. A presença em peso de metáforas e metonímias confere ao texto um caráter poético. Não somente nos capítulos referentes a Imani, nos quais há mais liberdade por não se tratar de uma carta a um superior; os capítulos de Germano também contam com linguagem poética, como se verifica no trecho "Eu era um anjo tombado dos céus para os proteger" (COUTO, 2015, p. 31). Em outras palavras, Germano era um soldado expulso de Portugal, mas, como chegara para proteger, foi considerado um anjo, um salvador.

Percebe-se também esse tom metafórico quando Chikazi, a mãe da personagem principal, diz que, por tanto "comer" a língua portuguesa, não teriam mais boca para nenhuma outra língua e todos seriam devorados por essa "boca". Isso representa a colonização, que tomaria conta da população, da tradição, da cultura, até que a história do povo fosse apagada e esquecida.

Como é apontado na nota introdutória do livro, "a narrativa é uma recreação ficcional inspirada em factos e personagens reais" (COUTO, 2015, p. 9), portanto possui elementos não empíricos e vale-se de um discurso ambivalente, tomando para si elementos pedagógicos e performatizando-os. O discurso pedagógico poderia adotar uma visão holística, partindo de uma tendência que se tem de sintetizar unidades em totalidades, muitas vezes caindo na generalização; além disso, "atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado" (BHABHA, 1998, p. 206); o performativo seria aquele em que o historicismo não impera.



Mia Couto (2015) apresenta não apenas o ponto de vista daqueles que estão no topo e controle da história, ele dá voz ao objeto dos fatos, ao que era visto como território, ao que era disputado. O povo tem espaço nessa narrativa, que se interessa por essa visão empoderadora e de construção de uma nação. Homi Bhabha (1998) considera que

na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação (BHABHA, 1998, p. 207).

O discurso pedagógico coloca o povo como um objeto, o performativo eleva o povo à posição de sujeito da história, dando a oportunidade de mostrar um outro ponto de vista, outro olhar; introduz à narrativa a heterogeneidade de uma população que é dividida, como é o caso de Moçambique, com toda a guerra entre o povo de Ngungunyane, os portugueses e a resistência dos VaChopi, afastando-se da visão holística e vendo a população não mais como um todo, mas como partes, culturas, histórias, tradições, línguas e vozes distintas.

Essa elevação do objeto a sujeito, conferida pelo espaço que se abre para outros pontos de vista, é percebida na nação quando um personagem colonizado, o qual não possuía voz historicamente, nos discursos pedagógicos dos colonizadores, pode enfim falar. Vê-se isso em trechos como “A nossa terra, porém, era disputada por dois pretendentes proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções” (COUTO, 2015, p. 17). Imani coloca Portugal e os VaNguni em um mesmo patamar: pretendentes proprietários, tendo o adjetivo “pretense” como um indicador de que nenhum de fato o era.

Por meio dos personagens Imani e Germano, a história é performatizada, pois coloca personalidades estrategicamente pensadas para desenvolver o enredo. É nesse ponto que se estabelece também a ficcionalização, já que eles não são personagens empíricos que de fato fizeram parte da história, mas frutos da ficção utilizados para performar o desenvolvimento histórico de Moçambique. Imani representa o povo, sendo “produto dessa mistura de histórias e culturas” (COUTO, 2015 p. 22); Germano, na contramão do que é veiculado pelas obras pedagógicas, não aparecia como um soldado com convicção, certo dos seus objetivos; ele representa os soldados portugueses cheios de incertezas que questionavam a função que exerciam na guerra. Inclusive é um personagem esférico, ou seja, não se conserva o mesmo,



não é uma figura petrificada, apresenta mudanças de comportamento, conhecendo e aprendendo a olhar para o outro com olhos diferentes.

### 3. A questão da língua como reforço identitário

É sabido que a língua é um dos instrumentos por meio dos quais os homens se expressam. Quando se trata dela, pode-se haver comunicação de forma oral ou escrita, verbal ou não verbal, contudo uma de suas características constantes é ser ideológica, ou seja, carregada de um discurso, considerando este “o efeito de sentidos entre interlocutores” (ORLANDI, 2013, p. 21) e ideológico. O teórico Régis Debray (1981, p. 158) considera que “a ideologia leva adiante um trabalho de representação do mundo e de organização dos homens que são o avesso e o direito de uma mesma atividade”, o que se pode perceber na obra de Couto (2015).

De forma mais ampla, Fiorin (1998) considera que a linguagem e o pensamento são indissociáveis, o ser humano fala aquilo que pensa e, por isso, o discurso, fruto desse amálgama, atua materializando as representações ideológicas.

De forma mais ampla, Fiorin (1998) considera que a linguagem e o pensamento são indissociáveis, o ser humano fala aquilo que pensa e, por isso, o discurso, fruto desse amálgama, atua materializando as representações ideológicas. Na esteira de Chauí (1980) em releitura de Marx, entende-se, pois, que a ideologia

é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador (CHAUÍ, 1980, p. 43).

Na obra de Couto (2015), a forma como a língua atua recupera uma mundividência, como Ana Mafalda Leite (2012) bem diz, a língua é um receptáculo de vozes e de suas maneiras de pensar e, sendo ela possuidora de um discurso, seu poder é absoluto se for utilizado para dar espaço para a percepção de mundo de um grupo social cuja voz foi sufocada por anos. O fenômeno ideológico vem da necessidade que pessoas e grupos sociais



têm de passar adiante uma imagem de si, uma representação própria em que criador é criatura. Como diz Ricoeur (1990, p. 68), é uma necessidade “movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professora tem razão de ser o que é”. Para Fiorin (1998), essas representações servem para explicar e justificar ordens sociais, por exemplo o que se demonstra em *Mulheres de Cinzas* por Imani, que vê na língua um instrumento de igualdade.

A questão da identidade é muito forte no romance, sendo representada na narrativa e por meio de narrativas inseridas na história. O pai de Imani narra uma fábula da cultura de seu povo que fala acerca dos morcegos. Certa feita, um morcego machucou-se e, por ter traços de ratos e traços de pássaros, não foi ajudado nem por estes nem por aqueles, os quais sempre destacavam as diferenças entre as espécies. A história termina com a frase “e ali morreu, só desamparado, aquele que quis pertencer a mais do que um mundo”(COUTO, 2015, p. 88).

Essa história é uma perfeita metáfora para a personagem Imani, sendo o morcego uma metonímia dessa mulher, que tinha mundos misturados dentro de si, como afirma o pai na página 89. A importância dada a saber quem se é, a ser fiel às raízes e características do povo acompanha o romance inteiro. Imani, desde o nascimento, é uma figura nublada. Há incertezas quanto a seu nome, tendo sido alterado algumas vezes, sua vida é considerada desacetada, ela fala o idioma daquele que é considerado invasor, faz a "ponte" entre os povos. A identidade para alguns personagens, como o tio Musisi, é ser integralmente homogêneo, fiel à tradição.

A homogeneidade que se busca na identidade seria não ceder aos outros povos em aspecto algum, seja batalhando pela terra e pelos direitos, seja resistindo ao idioma, às roupas, aos costumes. A identidade é um processo de resistência e tradição, como pode-se verificar no trecho:

- (...) Os portugueses se meteram demais na nossa vida. Não sou como o seu marido que já não sabe quem é, nem de onde vem.
- Eu sou muito de coração. Tal como você, caro cunhado.
- Não me chame de muito! Quem inventou esse nome foram os invasores. Eu casou dos VaLengue, que é nosso nome mais antigo. Eu venho do arco e flecha, gosto do peixe e não uso boi para cerimônia (COUTO, 2015, p. 142).

O que está em questão é o fato de a língua, na obra, também se configurar em um instrumento de identidade que deve ser preservado. Outros recursos são articulados para mostrar sua importância no processo de fortalecimento da identidade. Como há discursos de partes distintas da história, o autor do livro põe em evidência a questão dos idiomas marcada



pela pronúncia. Algumas vezes, Imani, ao lidar com portugueses, busca corrigir o que eles dizem, tanto no campo lexical, como se vêem “Não são Vátuas, não existem Vátuas – ousei corrigir, no meu canto, num fio de voz tão suave que ninguém escutou” (COUTO, 2015, p. 67), quanto no campo fonético:

–Não é ‘Gungunhane’. Diz-se ‘Ngungunyane’  
Os portugueses fitaram-me, surpresos. Não acreditavam que  
tivesse falado, ainda por cima para lhes corrigir o sotaque.  
O que é que disseste? – inquiriu, atônito, o Fragata.  
– Deve-se pronunciar “Ngungunyane”– insisti com delicadeza  
(COUTO, 2015, p. 69).

A personagem moçambicana insiste que os estrangeiros falem os nomes de maneira correta, respeitando, dessa maneira, a língua e a identidade cultural de seu povo. Ela não sugere que se pronuncie de outra maneira, mas diz que isso é um dever, reforçando essa importância. Partindo do princípio de que a linguagem reflete a realidade e “cria uma visão de mundo na medida em que impõe ao indivíduo uma certa maneira de ver a realidade, constituindo sua consciência” (FIORIN, 1998, p. 54), a vida real que Imani projeta em suas palavras é uma demonstração de uma consciência que valoriza não só sua língua, como sua cultura e a importância de sua nação.

A questão do registro dos nomes também fica evidente quando se observa a escrita, principalmente do nome “Ngungunyane” nos diferentes momentos do romance. Nos capítulos ímpares, referentes a Imani, o nome é escrito da maneira correta, com exceção das vezes em que é dito por alguém que não pronuncia corretamente - normalmente um português -, nesse caso, escrever incorretamente é um recurso para marcar a pronúncia falha do outro personagem; nos capítulos pares, que representam as cartas feitas por Germano, esse nome já vem redigido de outra maneira. Para marcar sua falta de domínio e, talvez, uma falta de interesse em dominar - e até mesmo respeitar - o idioma, o nome aparece aportuguesado (Gungunhane). É importante ressaltar que Imani se preocupou com a pronúncia - tida como corretíssima por Germano - da língua do colonizador, que reconhece, nesse ato, respeito e valorização, coisa que ele não corresponde por não atentar para essa minúcia e nem ao menos procurou escrever corretamente o nome do imperador.

Esse caso da palavra “Ngungunyane” demonstra um hibridismo linguístico característico da textualidade africana em língua portuguesa. Leite (2012) afirma que essa



hibridação se dava porque a língua, maleável, deixava coexistirem escrita e oralidade. A diferença entre os elementos fonéticos do português e da língua chope eram evidenciados na pronúncia aportuguesada do sargento, expressa verbalmente com a criação de neologismos, como o nome do imperador grafado mais de uma maneira. Sendo esse hibridismo uma das mais significativas constantes da literatura africana em língua portuguesa, de acordo com Leite (2012), percebe-se que isso se reflete na narrativa tanto pela grafia como pela presença de elementos de mais de uma língua no decorrer da história, trazendo para o texto literário o retrato de um território em que mais de uma língua coexistia. Trechos como “a mãe era uma *mabinguela*, esses que caminham a frente para limparem o orvalho do capim” (COUTO, 2015, p. 21) e “o nosso receio maior era que se tratasse das *timbissis* [...] *Timbissiéa* palavra *zulu* para nomear as hienas” (COUTO, 2015, p. 44) são exemplos de uma literatura que mistura idiomas e pode não encontrar em um deles representantes para o outro, ou encontra nisso uma oportunidade para disseminar a cultura e a língua.

Tem-se, em momentos diversos, locais de aprendizagem que se desenvolvem no âmbito do idioma falado pelos povos e também na disseminação da cultura. Não raro, encontram-se no livro palavras repetidas em duas línguas: o português e o idioma dos VaChopi. O comum seria que as palavras fossem ditas apenas uma vez, acompanhando o sistema linguístico adotado durante a narrativa, mas esse recurso de fazer o narrador dar a tradução, repetir a palavra, mostra a exaltação e construção da nação.

Observando os trechos “era uma Noyi, uma feiticeira” (COUTO, 2015, p. 23) e “fabrica-se o moya, a alma” (COUTO, 2015, p. 15), há uma insistência no registro dos signos da língua materna da personagem Imani, reforçando a tessitura de um indivíduo de uma nação que possui uma língua viva, uma língua que é falada, tão importante quanto o idioma do colonizador. O registro por si só confere ao objeto relevância, é um ato ideológico, pois, ao dar importância ao registro e ao uso do idioma, em vez de descartá-lo e assimilar o idioma do dominante, faz uma inversão da realidade, o que, segundo Fiorin (1998) caracteriza ideologia.

Ao considerar o signo como um marcador ideológico, muito se pode inferir acerca desse esquema. Bakhtin (2006) considera que a língua é um fato social e o signo tem uma natureza social, portanto ideológica, e, por isso, além de ser um reflexo e uma sombra da realidade, é um fragmento material dela. Sendo assim, ao escolher um signo específico, todo um contexto ligado a estruturas sociais é estabelecido, fazendo uma ponte com o horizonte social do locutor em questão.



Sabido que a comunicação verbal provoca conflitos e marca relações de dominação e resistência, Marina Yaguello (2006), na introdução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, considera que a utilização da língua pode reforçar poder se for utilizada pela classe dominante. Na obra de Mia Couto (2015), a utilização da língua por uma classe sem poder algum – o povo dominado –, ocupante de níveis inferiores da hierarquia, confere a esses personagens ascensão, ao mesmo tempo que a atitude dos portugueses de errar a pronúncia e a escrita, diminui a importância do outro e eleva os colonizadores, já que são eles quem ditam as regras e estabelecem os graus de relevância.

Yaguello (2006, p. 27) ainda assevera que, “se a língua é determinada pela ideologia, a consciência, portanto o pensamento, a atividade mental, que são condicionados pela linguagem, são modelados pela ideologia”. Observando por esse viés, tem-se que o personagem Germano, pela sua tendência a não prezar nem pela pronúncia nem pela escrita correta dos nomes moçambicanos, demonstra em sua consciência um certo menosprezo pela cultura e tradição, enquanto Imani, ao ser tão incisiva quando coloca como dever a pronúncia adequada, resiste, destacando que, em sua consciência, a tradição e a cultura de seu povo importam e devem ser respeitadas.

Ideologicamente, os signos marcados - tanto os que ela defende pela pronúncia quanto os que ela dissemina ao oferecer os significantes correspondentes em cada idioma - mostram que seu horizonte social vê sua terra em nível de igualdade quanto à importância. Dessa forma, a escolha das palavras é um instrumento na narrativa performativa, já que dá voz a quem não tinha e eleva o *status* de Moçambique.

#### 4. Considerações finais

A linguagem do livro faz com que se repense a história, observando as pessoas a partir de diferentes pontos de vista. Pode-se imaginar um soldado como um anjo tombado, fugindo da imagem engessada que se tem internalizada. Cada palavra possui um universo de significados, de cores, o que é pura poesia. Um texto colorido assim proporciona reflexões mais profundas, as quais explicam o passado e o trajeto da nação.

Todas as escolhas lexicais e semânticas são ideológicas, e são essas as escolhas responsáveis pela reconstrução da história de Moçambique no livro *Mulheres de Cinzas*. Por meio deste artigo, o qual analisa o romance de Mia Couto (2015), pôde-se observar que, para



Moçambique, um país em que a presença da literatura foi muito forte durante o processo de sua independência, a tradição e a cultura são bens a serem preservados, e a língua é um instrumento de resistência, bem como um receptáculo que conserva todas as manifestações culturais.

Além disso, é possível notar que a língua é um instrumento de extrema eficiência para marcar o posicionamento social. Através dela, pode-se perceber no que as pessoas acreditam e o que elas defendem. Observando a língua e atentando para a escolha de uns signos em detrimento de outros, o leitor é capaz de perceber elementos da identidade, tal como saber o que é defendido pelos personagens, como foi retratado a partir da escolha lexical do personagem Musisi, por exemplo. Sendo assim, comprova-se que a língua é um fator identitário por meio do qual se pode entender ideologicamente os indivíduos.

## 5. Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Hucitec, 2006. Disponível em: <[http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM .pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DA_LINGUAGEM.pdf)>. Acesso em: 16 de ago. de 2016.
- BHABHA, Hommi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- COUTO, Mia. **Mulheres de Cinzas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DEBRAY, Régis. **Critique de la raison politique**. Paris: Gallimard, 1998.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Hucitec, 2006.